ÁREA TEMÁTICA: **DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA**

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO PROJETO AFAESS/PG.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt [1] (apresentador)
ANGREVES, Maiara Barbosa de [2] (apresentador)
BACH, Fabiani Ramos [3]
LIMA, Karine Fabiane [4]
FREITAS, Luciana de Matos [5]

RESUMO - O presente trabalho refere-se a pratica do Serviço Social desenvolvida no projeto de extensão “Apoio familiar aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa/PR.” O projeto iniciou suas ações no ano de 2007 através de convênio firmado com o Governo do Estado do Paraná e com o Programa Universidade sem Fronteiras. É desenvolvida através de uma equipe interdisciplinar envolvendo as áreas de Serviço Social, Direito, Geografia, Informática e Pedagogia. Busca com sua prática a construção de uma metodologia de trabalho que possa tanto atender os adolescentes que cometeram atos infracionais como suas famílias na sua reinserção social. O trabalho emprega uma metodologia de trabalho em rede, tendo em vista a necessidade de articular as diferentes iniciativas governamentais e não-governamentais que buscam atender as necessidades de famílias vulnerabilizadas/risco social. Dessa forma, além de incentivar um trabalho com as famílias no espaço institucional (através de grupos de reflexão, dinâmicas de grupos e vivências), a equipe também realiza encaminhamentos das mesmas para outras instituições. Este contexto impõe intervenções tanto individuais como coletivas com estratégias de atuação interligadas e funções diferenciadas, se constituindo em uma realidade de muita complexidade. A área do Serviço Social visa com sua pratica contribuir com o resgate e fortalecimento dos vínculos familiares e sociais através da inclusão em programas que promovam o exercício da cidadania e o empoderamento dos adolescentes e famílias atendidas.

PALAVRAS CHAVE: Adolescentes - Inclusão Social - Serviço Social.

Introdução

Tradicionalmente, é atribuída à família a função de “célula-mãe”. No entanto, o contexto em que ela se insere exerce uma influencia significativa, impondo-lhe responsabilidades as quais, muitas vezes, ultrapassa sua esfera privada.

A família, como bem expressa Munhoz (2007, pg.190) está cada vez mais distante do modelo clássico, embora as representações sobre ela, presente no imaginário social da população, ainda sejam da família nuclear. No entanto, essa característica “imposta” e construída historicamente, exerce sobre a família uma influência tão significativa, impondo-lhe determinações que tira delas o real papel de protetiva, passando a um papel de disciplinadora, impositiva, e controladora.

As discussões sobre a família ao longo dos tempos foi relegada a um segundo plano, sendo que as ações se voltavam mais aos seus segmentos, ou seja, criança e

[1] Mestre em Educação, Professor do Curso de Serviço Social da UEPG luizabk@uol.com.br.
[2] Acadêmica do Curso de Serviço Social da UEPG, maiara_agreves@yahoo.com.br
[3] Assistente Social do Projeto AFAESS-PG fabianibach@yahoo.com.br
[4] Acadêmica do Curso de Serviço Social da UEPG karineapenas@hotmail.com
[5] Acadêmica do Curso de Serviço Social da UEPG

adolescentes, idosos, pessoas em vulnerabilidade social. A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece que a "família é a base da sociedade" e, assim sendo, deve ter especial proteção do Estado. Complementando esta idéia, o artigo 227, ressalta a importância da relação Família-Sociedade-Estado, sendo dever dessas três instâncias, assegurarem a criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reitera esta relação quando coloca: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes á vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

As referências da Constituição Federal e do E.C.A. são fundamentais na definição das instâncias responsáveis pela criança e o adolescente. No entanto, as situações de risco a que estão expostos, o enfraquecimento dos vínculos familiares, aliado as condições precárias de vida remetem a uma maior vulnerabilidade a que estão sujeitos.

A proposta do trabalho com famílias, buscando o fortalecimento ou até mesmo a restituição de vínculos afetivos é um dos objetivos trilhados pela equipe de trabalho do projeto "**Apoio Familiar aos Adolescentes Egressos de Medidas Sócioeducativas da Região de Ponta Grossa/PR**" – **AFAESS-PG**. Visa com o trabalho interdisciplinar o enfrentamento das situações de vulnerabilidade que coloca os adolescentes e familiares em permanente risco, garantindo o acesso aos direitos sociais e a busca da integração entre as políticas setoriais: saúde, educação, trabalho, habitação, cultura e esporte.

Em relação aos adolescentes que estão em atendimento podemos identificar o seguinte perfil:

- 10 adolescentes são do sexo masculino e 03 do sexo feminino;
- Sobre o ato infracional cometido predomina o furto com 53% dos casos, geralmente ocorrendo para a aquisição de drogas, seguindo de agressão, porte de arma e tentativa de estupro;
- 100% são de famílias que apresentam fragilidades no relacionamento afetivo para com esse adolescente;
- 75% destes adolescentes relatam ter no seu meio familiar, indivíduos que já cometeram crimes ou atos infracionais e que estão ou já estiveram em cumprimento de medida sócio-educativa como também em cumprimento de pena no sistema prisional;
- é relevante o número de adolescentes que fazem uso abusivo de drogas, sendo que 93% relatam tal envolvimento, predominando o uso de crack e maconha. Durante os atendimentos evidenciou-se a enorme dependência dos adolescentes pelo crack, a qual se torna o grande motivador do cometimento de atos infracionais;
- 30% dos adolescentes vivem com a mãe e 23% com avós.

Todos os adolescentes que passam por medidas sócio-educativas têm ou em algum momento tiveram problemas que ocasionaram a situação vivenciada. Sem desconsiderar os avanços que vem sendo alcançados, Takashima apud Munhoz (2007, p.199) observa que "enquanto no discurso político é mencionada a questão do atendimento à família, na prática é perceptível um descompasso, por uma série de pontos significativos". Dentre as diversas formas de exclusão que estes sujeitos estão expostos as quais remetem a circulo vicioso, apontamos a situação sócio-econômica precária com recursos insuficientes para prover as famílias em "situação de risco", no abandono institucional, nos critérios de atendimento e nas formas individualizadas de ação.

Faz-se necessário um olhar cuidadoso, como aborda Brant de Carvalho in Munhoz (2007), em relação a estas famílias, através de um atendimento individualizado considerando suas peculiaridades, articulando seu atendimento pela rede de serviços. É preciso levar em consideração o contexto em que cada grupo familiar se encontra inserido, não realizando classificações a partir de idealizações de família.

Objetivos

Na realidade vivida por famílias com adolescentes egressos de medidas sócio-educativas, após varias intervenções profissionais que trabalham na perspectiva de enquadrar essa família em padrões considerados moralmente adequados à convivência social as tornam vulnerabilizadas. Aliado a falta de entendimento e/ou dificuldades de como se relacionar com os adolescentes, gerando conflitos familiares e sociais que levam ao rompimento dos vínculos e a substituição destes pelas más companhias ou pelas drogas.

O trabalho com família ainda vem sendo historicamente trabalhado em fragmentos, ou seja, cada integrante da unidade familiar é visto de forma individualizada, descontextualizada e portador de um problema. Assim trabalhar com famílias implica em conhecer a realidade singular de cada uma delas, com suas peculiaridades e em seus diferentes aspectos. Propões-se assim um trabalho personalizado com as famílias respeitando sua individualidade e o contexto vivido por ela. Dentro dessa perspectiva o Projeto de Apoio Familiar aos Adolescentes Egressos de Medidas Sócio-educativa da região de Ponta Grossa/PR realiza ações de fortalecimento dos vínculos familiares com a inclusão social do egresso e seus familiares na rede de serviços e na sociedade.

Orientações Metodológicas

O projeto emprega como metodologia de trabalho um atendimento personalizado com as famílias atendidas levando em conta a singularidade no atendimento das demandas de cada família. Alem do trabalho com as famílias no espaço institucional, realizado através de grupos de reflexão, dinâmicas de grupos e vivências, a equipe também realiza encaminhamentos das mesmas para outras instituições. Este contexto impõe intervenções individuais e coletivas com estratégias de atuação interligadas.

- Busca de sensibilização: A abordagem inicia através de um contato com a família, no qual é exposto o objetivo do projeto e a intenção de estar trabalhando com o adolescente e sua família.
- Identificação do grupo familiar: Através da utilização de vários instrumentais busca-se conhecer a estrutura e a situação familiar. É o momento do levantamento socioeconômico e de informações que possam subsidiar o estudo social dentro das demandas apontadas pela família. Esta fase é contínua, presente ao longo do processo de atendimento, uma vez que novas informações vão sendo incorporadas ao longo do atendimento, indicando elementos para a reformulação de novas intervenções.
- Acompanhamento do adolescente e sua família: Após a identificação das demandas familiares inicia-se ações de cuidado, de encaminhamentos a rede de serviços, da busca da autonomia de seus membros, da solução dos conflitos intra-familiares.

No atendimento realizado junto às famílias dos adolescentes, o cuidado é direcionado àquelas famílias que vivenciam dificuldades impostas pelo contexto social (desemprego, migrações), pelos acontecimentos próprios do curso da vida das famílias (nascimento, envelhecimento, separação) ou pelas próprias demandas de seus membros. Nessas situações o trabalho “tem um caráter preventivo à medida que o seu objetivo é dar sustentabilidade ao processo de reorganização das famílias” (MIOTO, 2000:223).

Em situações sintomáticas, ou seja, naquelas em que o atendimento se volta para as famílias que expressam sinais de sofrimento frente aos desafios cotidianos como (dependência química, alcoolismo, doenças crônicas, mentais e físicas, depressão), ou que estabelecem relações destrutivas nas famílias (violência, abuso), ou através do relacionamento conflituoso de seus membros com a sociedade (atos infracionais) o trabalho, após criteriosa avaliação técnica, requer intervenções imediatas de atendimento a situação bem como estratégias de apoio no enfrentamento das situações de vulnerabilidade específicas. Ressalte-se que estas situações contam com uma restrita rede social de apoio.

- Potencializar as competências da família: O foco deve ser o empoderamento e o protagonismo das famílias apoiada pelas políticas públicas através da rede de apoio. No atendimento deve-se avaliar a capacidade de enfrentamento e de administração da crise/conflitos por parte da família.

Frente à complexidade deste processo, é preciso escutar e respeitar as famílias, seus valores e crenças, criando “com elas” e não “para elas” soluções que possam ser adequadas ao contexto, coerentes com os direitos dos seus membros e consistentes com as políticas sociais. O reconhecimento de que a família apresenta capacidade de criar soluções para seus

problemas, de que é capaz de rever e reconstruir vínculos ameaçados com o apoio das políticas públicas constitui-se em premissas dentro do trabalho realizado pela equipe do projeto AFAESS-PG.

Considerações Finais

"A família, independente do seu formato, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade" (SINASE, 2006). Ao se trabalhar com uma demanda tão singular é necessário a adoção de práticas diferenciadas, de apoio à superação das vulnerabilidades e riscos sociais das famílias atendidas, de apoio e fortalecimento desses vínculos, de um trabalho conjunto e de inserção na rede de serviços.

Trata-se da mudança do olhar e do fazer não apenas no acesso das famílias as políticas públicas, mas na sensibilidade dos profissionais que compõe a rede de apoio quanto ao atendimento a ser realizado. Frente a esta realidade complexa, é fundamental um trabalho interdisciplinar e intersetorial reforçando vínculos e buscando o empoderamento dos adolescentes e famílias, sujeitos de nosso trabalho. A atuação em rede, prevista no Projeto, pode possibilitar a inclusão destes sujeitos em outros espaços públicos e privados que melhorem significativamente suas condições de vida através da criação de vínculos relacionais afirmativos. Vínculos estes essenciais para a construção de um novo Projeto de Vida.

Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº. 8.069, 1990.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo.** Brasília, 2006.

MUNHOZ, Divanir Naréssi. **Família: configurações, poder e limites na sociedade brasileira** in Programa de Capacitação na área da Infância e da Adolescência. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Projeto **Apoio familiar aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa – PR./ AFAESS/PG**. Ponta Grossa, 2007.

.